

Demonstrações Financeiras

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

31 de dezembro de 2013 e 2012
com Relatório dos Auditores Independentes

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.
Serra - ES

Examinamos as demonstrações financeiras da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Building a better
working world

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 17 de abril de 2013, sem qualquer modificação.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP249186/O-5

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.734	66.701
Despesas antecipadas	5	1.392	1.483
Tributos a recuperar	9	816	362
Outros créditos		1.489	6
Total do ativo circulante		11.431	68.552
Não circulante			
Tributos diferidos	8	10.393	-
Imobilizado	6	13.560	5.413
Intangível	7	33.496	228
Total do ativo não circulante		57.449	5.641
Total do ativo		68.880	74.193
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		8.727	288
Impostos, taxas e contribuições a recolher	10	767	35
Obrigações sociais e trabalhistas		1.548	265
Outras contas a pagar		2.342	55
Obrigações com o poder concedente	13	310	-
Partes relacionadas	11	1.024	-
Total do passivo circulante		14.718	643
Não circulante			
Partes relacionadas	11	-	19
Total do passivo não circulante		-	19
Patrimônio líquido			
Capital social	12.a	75.000	75.000
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	12.e	72	-
Prejuízos acumulados		(20.910)	(1.469)
Total do patrimônio líquido		54.162	73.531
Total do passivo e patrimônio líquido		68.880	74.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2013	31/12/2012
Receitas de construção	14	26.581	-
Custo dos serviços prestados	15	(40.784)	(1.374)
Prejuízo bruto		(14.203)	(1.374)
Despesas operacionais			
Despesas operacionais	15	(19.595)	(2.601)
		(19.595)	(2.601)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(33.798)	(3.975)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	4.122	2.712
Despesas financeiras	16	(158)	(206)
		3.964	2.506
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(29.834)	(1.469)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.b	10.393	-
		10.393	-
Prejuízo líquido do exercício	17.a	(19.441)	(1.469)
Prejuízo por ação (em R\$) - básico e diluído		(0,26)	(0,02)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Prejuízo líquido do exercício	(19.441)	(1.469)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(19.441)</u>	<u>(1.469)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Plano de opção com base em ações		
Saldos em 31 de dezembro de 2011		-	-	-	-	-
Capital social integralizado	13.a	150.000	(75.000)	-	-	75.000
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(1.469)	(1.469)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		150.000	(75.000)	-	(1.469)	73.531
Opções outorgadas reconhecidas		-	-	72	-	72
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	(19.441)	(19.441)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		150.000	(75.000)	72	(20.910)	54.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido	(19.441)	(1.469)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido		
Com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	1.134	69
Baixa de ativo imobilizado	26	-
Tributos diferidos	(10.393)	-
Plano de opção com base em ações	72	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Tributos a recuperar	(454)	(362)
Despesas antecipadas	91	(1.483)
Outros créditos	(1.483)	(6)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	8.439	288
Obrigações sociais e trabalhistas	1.283	265
Impostos, taxas e contribuições a recolher	732	35
Partes relacionadas - fornecedores	1.005	19
Outras contas a pagar	2.597	55
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	(16.392)	(2.589)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(13.819)	(5.463)
Aquisição de intangível	(28.756)	(247)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(42.575)	(5.710)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	75.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	-	75.000
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(58.967)	66.701
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	66.701	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7.734	66.701
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(58.967)	66.701

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas		
Com arrecadação de pedágio	-	-
Com construção	26.581	-
Outras receitas	-	-
	26.581	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(35.939)	(1.363)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(15.304)	(1.583)
Outros	-	-
	(51.243)	(2.946)
Valor adicionado bruto	(24.662)	(2.946)
Depreciações e amortizações	(1.134)	(69)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(25.796)	(3.015)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.122	2.712
Valor adicionado total a distribuir	(21.674)	(303)
Distribuição do valor adicionado	(21.674)	(303)
Pessoal	6.338	960
Remuneração direta	5.691	871
Benefícios	439	44
Fundo de garantia do tempo de serviço - FGTS	208	45
Impostos, taxas e contribuições	(10.393)	-
Federais	(10.393)	-
Municipais	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	1.822	206
Juros	-	-
Aluguéis	1.664	-
Outros efeitos financeiros	158	206
Remuneração de capitais próprios	(19.441)	(1.469)
Prejuízos do exercício retidos	(19.441)	(1.469)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (“ECO101” ou “Companhia”) foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias.

Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para Administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 20. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram elaboradas sob responsabilidade da diretoria, a qual autorizou sua conclusão, como também foram apreciadas e discutidas no Comitê de Auditoria, ambos em 24 de fevereiro de 2014.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca, ou seja, utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.2. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Mensuração do valor justo--Continuação

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Mensuração do valor justo--Continuação

A Administração da Companhia determina as políticas e procedimentos para mensuração do valor justo, como propriedades para investimento e ativos financeiros não cotados e disponíveis para venda, e para mensuração não recorrente, tais como ativos mantidos para distribuição em operação descontinuada.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo propriedades e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

2.3. Reconhecimento de receita

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

2.4. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Impostos--Continuação

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4. Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.5. Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Hardware e equipamentos de pedágio 5 anos;
- Máquinas e equipamentos 10 anos;
- Móveis e utensílios 10 anos;
- Outros 10 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado;
- Empréstimos e contas a receber;
- Investimentos mantidos até o vencimento;
- Investimentos financeiros disponíveis para venda.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Investimentos mantidos até o vencimento--Continuação

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados, reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais disponíveis para venda são reconhecidos no resultado quando o direito de reconhecimento da Companhia for estabelecido.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

O valor justo de ativos monetários disponíveis para venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Companhia de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou Companhia de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou Companhia de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que estas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um Companhia de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada - mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado - é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado abrangente.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros disponíveis para venda--Continuação

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração do resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável da demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.10. Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Provisões gerais--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.11. Transações envolvendo pagamento em ações

A Administração da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais"). Funcionários trabalhando na Companhia de desenvolvimento dos negócios são recompensados com direitos de valorização de ações, os quais só podem ser liquidados com caixa ("transações liquidadas com caixa"). Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contraprestação não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo do pagamento em ações e o valor justo de quaisquer bens ou serviços identificáveis recebidos na data do benefício. Essa diferença é então capitalizada ou contabilizada em despesa, conforme a situação.

Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados.

Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de desvalorização apropriado.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Transações envolvendo pagamento em ações--Continuação

Transações liquidadas com títulos patrimoniais--Continuação

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “despesas de pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.14. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

- IFRS 9 - Instrumentos financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

- IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros - Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013-- Continuação

- IFRIC 21 - Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

3. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com normas do CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Uso de estimativas e julgamento--Continuação

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação técnica de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. O tratamento contábil aplicado ao contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na Nota Explicativa nº 20.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente ocorre em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão--Continuação

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), "commodities" (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, para alguma parte relacionada que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo, e portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Uso de estimativas e julgamento--Continuação

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“*impairment*” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e bancos		
Em moeda nacional	176	47
Aplicações financeiras		
Fundo de investimentos	7.558	66.654
Total	<u>7.734</u>	<u>66.701</u>

- (a) Fundo constituído na forma de fundo de investimento, que se enquadra na categoria “renda fixa crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

O Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 91,12% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 3,29% em Operações Compromissadas, 5,15% em Letra Financeira (LF) e 0,44% em títulos públicos federais.

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 101,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

5. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica “Despesas antecipadas” em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$1.392 (R\$1.483 em 31 de dezembro de 2012), classificado no ativo circulante, refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar. Detalhes adicionais estão descritos na Nota Explicativa nº 19.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo				Depreciação				Residual	
		Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Saldos em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Hardware e equipamentos de pedágio	10,4	-	748	-	-	748	-	(39)	(39)	709	-
Maquinas e equipamentos	6,5	-	62	-	-	62	-	(2)	(2)	60	-
Móveis e utensílios	8,5	-	142	-	-	142	-	(6)	(6)	136	-
Obras em andamento	-	3.609	808	-	-	4.417	-	-	-	4.417	3.609
Outros	8,4	-	95	-	-	95	-	(4)	(4)	91	-
		3.609	1.855	-	-	5.464	-	(51)	(51)	5.413	3.609

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo				Depreciação				Residual	
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Hardware e equipamentos de pedágio	11,1	748	9.278	(26)	95	10.095	(39)	(598)	(637)	9.458	709
Maquinas e equipamentos	6,6	62	149	-	-	211	(2)	(9)	(11)	200	60
Móveis e utensílios	7,6	142	270	-	-	412	(6)	(21)	(27)	385	136
Obras em andamento	-	4.417	620	-	(5.037)	-	-	-	-	-	4.417
Outros	4,1	95	3.502	-	-	3.597	(4)	(76)	(80)	3.517	91
		5.464	13.819	(26)	(4.942)	14.315	(51)	(704)	(755)	13.560	5.413

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não foram capitalizados encargos financeiros.

Ao final de cada exercício, a Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo			Amortização			Residual		
		Saldos em 31/12/2011	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2012	Saldos em 31/12/2011	Adições	Saldos em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
Softwares de terceiros	14,6	-	246	-	246	-	(18)	(18)	228	-
		-	246	-	246	-	(18)	(18)	228	-

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo			Amortização			Residual		
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Saldos em 31/12/2013	31/12/2013	31/12/2012
Contrato de concessão	(*)	-	19.543	718	20.261	-	(366)	(366)	19.895	-
Intangível em andamento	-	-	8.800	4.224	13.024	-	-	-	13.024	-
Softwares de terceiros	14,1	246	413	-	659	(18)	(64)	(82)	577	228
		246	28.756	4.942	33.944	(18)	(430)	(448)	33.496	228

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>Balço patrimonial</u>		<u>Resultado</u>
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>
Prejuízo - base fiscal negativa 2013/2012	10.366	-	10.366
Provisão para férias e encargos diretores	27	-	27
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	<u>10.393</u>	-	
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido			<u>10.393</u>
<u>Reconciliação ativo/(passivo)</u>			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-		
Receita de imposto de renda reconhecido no resultado	10.393		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>10.393</u>		

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2013</u>
2015	3.207
2016	3.631
2017	3.555
	<u>10.393</u>

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(29.834)	(1.469)
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	10.144	499
Crédito tributário não constituído 2012	476	(476)
Outros	(227)	(23)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.393	-

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

9. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Imposto Retido na Fonte (IRRF)	816	362
	816	362

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
COFINS/PIS sobre importação	12	-
INSS fonte	298	-
ISS fonte	238	3
Outros impostos	219	32
	<u>767</u>	<u>35</u>

11. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

<u>Balanco patrimonial</u>		<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
<u>Companhia</u>	<u>Natureza</u>	<u>Intangível</u>	<u>Contas a pagar</u>
Circulante:			
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Outras partes relacionadas	-	767
TB Transportadora Betumes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	1.938	117
CBB Ind. e Com.de Asfaltos e Eng. Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	680	135
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	Outras partes relacionadas	-	2
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora	-	3
Total em 31 de dezembro de 2013		2.618	1.024
Total em 31 de dezembro de 2012		-	19

- (a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$767, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Partes relacionadas--Continuação

- (b) CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$12.067, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2013, há um saldo de serviços a realizar de R\$11.366. Os saldos em aberto a pagar R\$252 (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (c) O saldo refere-se a transferências de funcionários que ocorreram em dezembro de 2013 (provisão de férias e 13º salário).

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) plano de opção com base em ações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2013 em R\$891 (R\$0 em 31 de dezembro de 2012).

A remuneração paga aos administradores nos exercícios está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>
Salários	536
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 12.e)	72
Benefícios diretos e indiretos	226
	<u>834</u>

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R\$150.000, representado por 150.000.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, há um saldo a integralizar de R\$75.000.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 150.000.100 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2013 não há constituição de reserva legal.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações ("contrato"), a ser celebrado entre a EcoRodovias Infraestrutura e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração disponibilizou 64.754 ações ordinárias para esse plano, como segue:

<u>Data</u>	<u>4ª outorga 25/04/2013</u>
Quantidade de opções de ações	64.754
Preço de período - R\$ por ação	17,51
Índice de reajuste	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2013, foi registrado na rubrica "Plano de opções com base em ações" o valor de R\$72.

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

e) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	<u>4ª outorga</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2012	-	-
Outorgadas	64.754	64.754
Exercidas	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	64.754	64.754

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Preço médio do período por ação em R\$</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor justo médio da opção em R\$</u>	<u>Total</u>	<u>Prazo para exercer</u>
2014	19,39	16.188	2,25	36	11 meses
2015	19,39	16.188	3,36	54	23 meses
2016	19,39	16.188	4,21	68	35 meses
2017	19,39	16.190	4,90	89	47 meses
		64.754	3,68	248	

13. Obrigações com o poder concedente

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Taxa de fiscalização ANTT	310	-

Taxa de fiscalização: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Receita líquida

	<u>31/12/2013</u>
Receita de construção	26.581
Receita bruta	26.581
Deduções da Receita (*)	-
Receita líquida	<u>26.581</u>

(*) Sobre a Receita de Construção não há incidência de impostos sobre o faturamento.

15. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Pessoal	6.338	960
Conservação e manutenção	1.287	107
Serviços de terceiros (a)	16.400	956
Seguros (Vide Nota Explicativa nº 19)	2.644	1.207
Poder Concedente	2.391	-
Locação de imóveis e máquinas	1.664	188
Depreciações e amortizações	1.134	69
Custo construção de obras - ICPC01	26.581	-
Outros custos e despesas operacionais	1.940	488
	<u>60.379</u>	<u>3.975</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	40.784	1.374
Despesas gerais e administrativas	19.595	2.601
	<u>60.379</u>	<u>3.975</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

16. Resultado financeiro

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	4.104	2.712
Outros	18	-
	<u>4.122</u>	<u>2.712</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(1)	(3)
Outras	(157)	(203)
	<u>(158)</u>	<u>(206)</u>
Resultado financeiro	<u>3.964</u>	<u>2.506</u>

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Prejuízo por ação

a) Prejuízo básico

O prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Prejuízo do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>(19.441)</u>	<u>(1.469)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>75.000</u>	<u>75.000</u>
Prejuízo básico por ação das operações continuadas	<u>(0,26)</u>	<u>(0,02)</u>

b) Prejuízo diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa 12, pois o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (obrigações com o poder concedente, deduzidos de caixa e saldo de bancos, vide Nota Explicativa nº 13 e 4) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros (prejuízos) acumulados, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Risco de mercado

a) *Exposição a riscos cambiais*

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) *Exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do CDI, relativos a aplicações financeiras.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDB e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 101,7% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.

Os índices de endividamento são os seguintes

	<u>31/12/2013</u>
Dívida (i)	(310)
Caixa e equivalentes de caixa	<u>7.734</u>
Dívida líquida	7.424
Patrimônio líquido (ii)	<u>54.162</u>
Índice de endividamento líquido	-

(i) A dívida é definida obrigações com o poder concedente circulante (Nota Explicativa nº 13).

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Risco de mercado--Continuação

b) *Exposição a riscos de taxas de juros--Continuação*

Os índices de endividamento são os seguintes--Continuação

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	176	176
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	7.558	7.558
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	8.727	8.727
Obrigações com o poder concedente	Outros passivos financeiros	310	310

(i) Os saldos das rubricas "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.

a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos financeiros.

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI	788	591	394

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Risco de liquidez--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Risco de variação nas taxas de juros--Continuação

As taxas consideradas foram as seguintes:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	10,25%	7,69%	5,13%

(a) Refere-se à taxa do CDI projetada para 12 meses.

As referidas taxas utilizadas para as projeções de mercado foram extraídas das seguintes fontes externas independentes: Tendências Consultoria, www.cetip.com.br, www.bcb.gov.br, www.ibge.gov.br e www.fgv.br.

19. Seguros contratos

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2013, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Equipamentos	Maio de 2013 a agosto de 2014	R\$ mil 1.938
"All Risk" - responsabilidade civil - obras	Fevereiro de 2013 a novembro de 2014	776
"All Risk" - responsabilidade civil	Maio de 2013 a agosto de 2014	9.505
"All Risk" - danos materiais	Maio de 2013 a agosto de 2014	1.674
"All Risk" - obras de manutenção e conservação	Julho de 2013 a agosto de 2014	278
Seguro garantia	Janeiro de 2013 a agosto de 2014	Tabela FIPE

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Contrato de concessão

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. foi constituída em 22 de março de 2012, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 17 de abril de 2013. O início de suas operações está previsto para maio de 2014 com o início da cobrança de pedágio. A ECO101 tem como objeto social a exploração, pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso a Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ.

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/EX/BA entre a BA-698 (acesso a Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. Ao término do período de concessão em maio de 2038, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Taxa de fiscalização: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio;
- b) Recursos para Desenvolvimento Tecnológico: Durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT;

O contrato de concessão da ECO101 foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31/12/2013</u>
Receita de construção	26.581
Custos de construção	<u>(26.581)</u>
	<u><u>-</u></u>